

Comemorações e celebrações das memórias das migrações

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS*
MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI*

O principal objetivo deste *paper* é analisar as relações entre memória, etnicidade e possíveis usos do passado, com ênfase nos processos de identificação étnicas ocorridas no Rio Grande do Sul a partir da Grande Imigração do final do século XIX, enfocando particularmente as grandes celebrações e festas de família. Buscaremos, de forma breve, elucidar a relação entre a memória dos grupos imigrantes e as trajetórias individuais por eles estabelecidas por meio de narrativas.

Memória é um termo polissêmico e que tem sido muito utilizado nos estudos acerca das construções identitárias étnicas. Contudo, é necessário não perder de vista que, numa sociedade, nem tudo deve ser lembrado e, como já nos alertava Renan (1997), a construção das identidades sociais se faz tanto em função daquilo que é lembrado como do que foi esquecido ou deveria ser esquecido. Cabe ressaltar que memórias e identidades não são elementos fixos, mas representações e construções da realidade, fenômenos que são tanto subjetivos como objetivos. Por memória entendemos, conforme Halbwachs (1990), as construções sobre o passado que são elaboradas no presente, ou seja, com as ferramentas discursivas e posições sociais que os indivíduos possuem no momento específico de suas elaborações.

Segundo Woodward (1993), as identidades são construídas em momentos particulares no tempo, podendo evocar tanto o passado, por meio das origens, mitologias e fronteiras, quanto o presente, via contestação e justificativa de alguns códigos culturais. É o que observamos frequentemente entre os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, que constroem sua identidade mediante a invocação de um passado comum, constantemente reatualizado em função dos acontecimentos do presente e dos contextos em que estas discursividades são acionadas.

* Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ

* Professora da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Antropologia Social pela USP

Por fim, desejamos analisar a questão do poder e da autoridade que estão diretamente envolvidas no processo de seleção e manutenção da memória social e da organização dos grandes eventos e celebrações. Para tanto, torna-se importante observar quem são os interpretes autorizados a falar pelo grupo estudado, os símbolos por eles escolhidos e o modo como constroem suas identidades. Tais elementos dizem muito sobre os processos de construção e elaboração da memória social em seus múltiplos níveis.

Como já referido anteriormente, nossa compreensão de memória está baseada em Halbwachs (1990), para quem esta é uma leitura sobre o passado elaborada no presente, ou seja, com os sentidos e significações experimentados por seus narradores e construtores na contemporaneidade do narrado. Buscamos, também, salientar a relevância do debate teórico sobre história, memória e reconfigurações de identidades que tem salientado o quanto as culturas são campos abertos e maleáveis por meio dos quais os indivíduos pretendem se situar e elaborar uma trajetória acerca de si mesmos com sentido e, talvez, estabilidade e continuidade, ou seja, certa noção de duração (Bachelard, 1996).

Quando se analisam memórias da imigração, é necessário considerar que frequentemente a memória individual e a coletiva se entrelaçam como se, por vezes, não houvesse uma lacuna de tempo entre ambas. Tal processo pode ser denominado, como aponta Pollack (1992), como vivência “por tabela”, ou seja, a força ilocucionária das narrativas é tamanha que gerações contemporâneas podem ter a sensação de terem vivido acontecimentos relativos a seus antepassados. As memórias individuais se configuram em pontos de vista sobre a memória coletiva, como ressalta Halbwachs (1990) e são, sempre, reconstruções com significado e partilha. Afinal, são indivíduos que narram baseados em elementos portadores de sentido para si e para o coletivo do qual fazem parte, aliás, o mesmo autor ressalta que as memórias só permanecem enquanto tem sentido e podem ser partilhadas, tornando-se assim elementos vivos socialmente e individualmente.

Trata-se, desta forma, de construções narrativas com sentido, permeadas por valores vigentes no mundo presente dos descendentes em que há disputas por poderes, representações, sentidos, objetividades e subjetividades simultaneamente. Não há, portanto, narrativas que se elaborem em vazios. O que nos motivou a elaboração deste

artigo foram as imensas possibilidades narrativas que o processo narrativa acerca dos pertencimentos propicia, bem como as representações que são acionadas nessa elaboração constante de fronteiras étnicas e culturais. Além disso, outra questão que nos motivava era saber de quem partiam os processos de legitimação de narrativas sobre o passado. Quem os produzia, propiciava sua circulação e seu consumo O que favorecia sua legitimação e propagação? Compreendemos grupos étnicos conforme Weber (1994), para quem a crença na origem comum sustenta as possibilidades organizativas e afinidades de tais grupamentos. Segundo Barth (2000), os grupos étnicos são grupos em situações de fronteira, que se percebem e são percebidos como distintos nos processos interativos aos quais estão submetidos. Portam-se também, grupos de interesse que disputam recursos, poderes e prestígios Enfim, a configuração étnica da qual falamos neste artigo se traduz nos limites colocados pelos estados nacionais em que os italianos estão localizados e disputando recursos materiais e/ou simbólicos diversos. Como salientado por Zanini (2006), são estas particularidades que tornam os processos de construção de memórias tão ricos para os antropólogos. Como ressalta Halbwachs (1990, p.71),

“É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode ser apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”

Encontros estes, aliás, por vezes, imaginados e imaginários, mas que possuem força ilocucionária e política. Pretendemos, em suma, de uma forma breve, refletir acerca das elaborações e vivências das identidades étnicas e seu processo de agenciamento por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Neste movimento interativo e político, há uma constante tensão em que a etnicidade, enquanto processo interativo marcado por relações assimétricas assume sua razão de ser. O que se tem observado historicamente em nível global e no Brasil não é diferente, é que os estados nacionais aponta que as diversidades devem ser negociadas e findam, por vezes, por se tornarem legislações e regras normatizadas e não necessariamente, aprendizados de convívio de diferenças e alteridades.

Para Seyferth (1990), no caso brasileiro, o que se observa é que os processos migratórios fomentam identificações étnicas. As diferenças, alteridades e interações aceleram as manifestações identitárias. Para Smith (1993), a noção de etnia é anterior à nação e está alicerçada em sentimentos de pertença e também em construções memorialistas. Para ela, idéia de etnicidade é essencialmente mítica e simbólica, tendo como seus elementos constitutivos o mito, a memória e os valores e símbolos.

Referindo-se à trajetória dos emigrados italianos no Brasil, observam-se mudanças na relação Estado brasileiro/italianidade/brasilidade ao longo de mais de um século de processo colonizador. Ao longo do processo colonizador, vários foram os elementos presentes nas construções de distintividades entre “brasileiros” e “italianos”. Nestas fronteiras em mudança, em que os demarcadores se transformam historicamente, como num “campo” (vide Bourdieu, 1983) se deve observar atentamente o papel dos agentes que disputam interesses, prestígios, recursos materiais e simbólicos, entre outros elementos. Assim, compreendemos que a etnicidade entre “brasileiros” e “italianos” é uma histórica relação de construção de diferenças que deve sempre ser analisada de forma contextualizada, situacional e interfacetada. Ou seja, generalizações.

Acerca dos perigos das generalizações, vários autores já têm chamado a atenção acerca dos perigos destas (Zanini e Santos, 2009a e 2009b). Há italianidades diversas, resultado de encontros entre possibilidades culturais, humanas, econômicas, ecológicas, históricas, geográficas, políticas e individuais diversas. Assim, concordamos com Sayad (1998), para quem a imigração deve ser compreendida como um fato social total, havendo nela elementos do homem por inteiro (corpo, emoções, sentimentos, historicidade e pertencimento social). Este também é nosso ponto de vista e enfatizamos, igualmente, que nos processo de construção de memórias legitimadas, há muitas versões e interpretações.

Um breve histórico da migração italiana para o Rio Grande do Sul

Em 1875 começam a chegar às primeiras famílias para a região serrana do Rio Grande do Sul e em 1877/78 começam a ser direcionadas para a região central. Foram várias as levadas de emigrados italianos conduzidas ao estado. Eram majoritariamente provenientes do Norte da Itália, católicos, camponeses pobres e não letrados. Muitos

foram os motivos que conduziram aquelas famílias ao processo emigratório: as condições de vida que tinham numa Europa em transformação com um capitalismo em expansão, quando a crise de Igreja Católica permitia que a mesma perdesse seu poder hegemônico, a Revolução Industrial que transformava visões de mundo e estilos de vida, entre tantos outros fatores desfavoráveis aos despossuídos camponeses. Compreendemos, igualmente, que para algumas famílias de camponeses pobres que observavam suas famílias se desmembrarem perante as exigências de sobrevivência e condições de trabalho, a emigração tornava-se uma alternativa de sobrevivência cultural (Grosselli, 1987 e Alvim, 1986) e do *ethos* camponês do período, ainda bastante centrado na autoridade paterna e nos ditames da Igreja Católica. Pode-se dizer que, migrando, mantiveram-se católicos, patriarcais, trabalhadores da terra e organizados familiarmente.

A identidade nacional de “italianos” não estava formada quando de sua vinda para a América. Aquelas famílias sentiam-se, antes, membros de seus *paeses*, falantes de dialetos diversos, devotos de santos específicos e tendo hábitos culturais específicos. Segundo De Boni (1980), o idioma comum daquelas populações era a catolicidade. Foi a experiência migratória e o processo de colonização que possibilitou que se percebessem como iguais. Será em terras brasileiras que a noção de italianidade passa a fazer sentido. Ela representa um passado baseado numa experiência comum, a migração e uma origem que os agregava, a Itália imaginada.

No Brasil, passam a ser reconhecidos e se reconhecerem como colonos italianos. Por colono, entendemos, de acordo com Seyferth (1993), aquele camponês do sul do Brasil que aciona uma origem específica. Serão tratados como colonos italianos, alemães, poloneses, russos, entre outros. O colono italiano no Rio Grande do Sul será, portanto, aquele morador das colônias, trabalhador da terra em sua maioria e que se distingue pelo acionamento de sua italianidade.

Narrando trajetórias, mitificando narrativas

Comum a muitos relatos de migração, entre os italianos no Rio Grande do Sul, são valorizados aqueles que descrevem mortes, tragédias, abnegações,

sacrifícios, grandes obstáculos e perigos que tornam a saga dos antepassados mais valorizada. Observamos aqui aquilo que Pollak (1992) chamou de “enquadramento da memória”, ou seja, a escolha daquilo que deve ser dito, celebrado, esquecido ou lembrado. Na construção das identidades coletivas existe um trabalho permanente de enquadramento da memória: “Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização (Pollack,1992, p.7) “. Esse “enquadramento das memórias” é realizado pelos “guardiões da memória”: padres, intelectuais, políticos, etc. Mas, nunca é totalizante, sendo reinterpretado pelos demais membros do grupo e atualizado constantemente.

Zanini (2006), em sua pesquisa etnográfica entre descendentes de imigrantes italianos, ressalta que há uma série de elementos que dialogam e são negociados nos processos de construções de memórias. A autora cita, por exemplo, a classe social do narrador, a capacidade discursiva do narrador, sua posição social, seu gênero, sua geração, seu capital intelectual, entre outros. Para ela, igualmente, as mídias se convertem em agentes importantes nas reconstruções narrativas do passado vivido pelos antepassados. Por meio de livros, livretos, programas de rádio, de televisão, entre outros, várias narrativas podem se cruzar favorecendo um processo de construção memorialista continuada e revivificada. Esta atualização propicia uma riqueza narrativa sem limites para o pesquisador que, estando atento ao processo, pode, por meio dele, melhor conhecer o grupo, seus valores e crenças.

Citando Da Matta (1998), pode-se salientar como o autor que:

“Tudo isso mostra como a identidade se faz com a história e, num certo sentido sem ela. Pois se a história inventa a memória, é a sociedade que, salientando certos acontecimentos em vez de outros, constitui as recordações e os valores – aquilo que é inscrito no copo social como o que não pode ser esquecido e deve ser perseguido, dramatizado e reconstruído (1998, p.76)”.

Memórias e identidades são negociáveis e negociadas, são, também, representações e construções da realidade, fenômenos que são tanto objetivos quanto subjetivos. Para Gillis (1994), a noção de identidade é dependente da idéia de memória

e vice-versa, baseadas na semelhança no tempo e no espaço que é sustentado pela lembrança. Enfim, podemos salientar o quanto as memórias e as identidades são construções negociadas e conflitivas, especialmente num mundo globalizado em que o acionamento de distinções agrega valor aos indivíduos nos mercados (econômico e simbólico). Invocar italianidade no contexto regional do sul do Brasil se apresenta, também, como uma forma de autopositivação, uma vez que os italianos são considerados trabalhadores, apegados aos valores familiares e cristãos e empreendedores.

Como salienta Pollack (1992), há, nas sociedades, um constante processo de enquadramento das memórias. Assim, podemos pensar, igualmente, na força dos agentes enquadradores e legitimadores de narrativas. Enfim, não há neutralidade no terreno das memórias. O que se torna versão corrente? O que é silenciado? Por que? Afinal, o que e quem tem direito a ser lembrado? De qual forma? Como se elaboram as construções memorialistas? Onde? Nestes constantes processamentos e transformações das narrativas e identificações, há universos a serem descortinados (vide Agier, 2001). Entre os agentes importantes nos processos de enquadramento, podem-se citar as escolas, como aponta Seyferth (1986), para quem as escolas étnicas do sul do país e as igrejas católica e evangélicas desempenharam um papel importante na criação de uma consciência étnica que apresentava os descendentes de imigrantes como distintos da sociedade nacional mais ampla.

Escritos de descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Segundo Zanini (2005, 2006), o domínio e exercício da linguagem escrita possibilitaram aos descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul uma retomada das noções de pertencimento e um fortalecimento do processo de construção de memórias. Trata-se de escritos que devem ser observados por seu valor narrativo e não estético. São livros, livretos que trazem narrativas memorialistas que apresentam as histórias familiares, dos lugares, das vivências. Não há como generalizar tal produção literária, mas seu elemento comum, com certeza é um constante chamamento às diversas italianidades.

Dentre estas obras, há aquelas que foram escritas individualmente, outras a muitas mãos, em esforço familiar e os conteúdos, igualmente, variam entre estes tons individualistas e holistas. Trazem o culto aos antepassados como um elemento constantemente presente e acionado e revelam detalhes da vida cotidiana dos imigrantes e seus descendentes: práticas religiosas, de saúde, rituais, acontecimentos pitorescos, entre outras narrativas extremamente ricas por seu teor antropológico incomum, ou seja, escritas pelos próprios sujeitos, em seus termos.

Esta produção literária que exalta o pertencimento étnico italiano se estabeleceu depois de 1975, quando dos festejos do centenário da Colonização italiana no Rio Grande do Sul. Algumas das memórias e narrativas hoje circulantes são inspiradas em obras escritas e publicadas neste período. Tais narrativas findam por mesclar histórias específicas das famílias com construções grupais mais amplas e genéricas. Contudo, sua riqueza reside nos elementos que são selecionados para fazerem parte de tais construções. Há agentes interétnicos diversos no estado, entre eles, pode-se citar intelectuais, empresários, religiosos e religiosas, membros de entidades italianas e descendentes que individualmente que tomam para si tarefa de “resgatar” e “valorizar” a cultura italiana“ de seus antepassados. O papel político desempenhado por estes guardiões de memórias é extremamente importante, pois eles findam por concentrar uma série de informações e de elementos que servem como fontes de inspiração para outros descendentes.

Contudo, consideramos que o aspecto mais importante destas revitalizações, para além do material concreto que elas trazem à tona: livros, documentos, fotografias, vídeos, entre outros que tem surgido recentemente, é o papel que sua recepção desencadeia entre os descendentes. É por meio da partilha que aciona sentidos em comum que as identificações se processam e são constantemente atualizadas e revitalizadas. Neste processo, analisar quais as versões que se tornam legítimas, quem as produz e como são produzidas, com certeza, ajuda o pesquisador a melhor conhecer o grupo.

Em Caxias do Sul, a diretora da divisão do arquivo histórico de Caxias do Sul, declara em entrevista, gravada em 2002, que foi a partir da comemoração do Centenário da Imigração Italiana, que a memória da imigração começa a ser valorizada e preservada:

(...) em 1975 a gente assistiu em Caxias, assim, um surto preservacionista. Porque isso? Foi a época da comemoração do centenário da imigração italiana. E o que a gente nota é que nesse momento, parte da comunidade se deu conta que eles não tinham cultivado nada, não tinham guardada a memória dessa cidade. Então, foi uma preocupação, porque eles queriam fazer as comemorações do centenário da imigração mas não tinham absolutamente nada. Não se tinha museu, não se tinha arquivo... E foi a época da criação do Museu Municipal do Caxias do Sul e do arquivo histórico municipal que temos hoje. Né? O Museu da Casa de Pedra, também foi criado nesse mesmo período, em '75, '76.

Então, os lugares depósitos de memória foram criados a partir desta constatação da comunidade, que eles tinham ocupado um lugar, tinham dado uma fisionomia, construída esse espaço, e na verdade, não se importaram, nessa trajetória, nesses cem anos, em guardar a história dessa cidade. A partir dali, nos vamos ter várias ações. Só que se tu notar foi aquele impulso inicial e não se consolidou, na maioria da população, essa idéia de que preservar era importante. E aí nos temos várias teses de porque o imigrante não queria – ou não se importou tanto – em preservar. Alguns dizem que é a falta de conhecimento, mesmo. Alguns dizem que, “Aí, a pobreza era muito grande no início, então eles queriam esquecer, mesmo, a pobreza e não queriam guardar aquelas raízes.”¹

Considerações Finais

Este artigo objetivou, de uma forma breve, apontar o quanto as memórias, suas elaborações, circulação e consumo são processos políticos que envolvem disputas por versões e enquadramentos. Partindo de estudos empíricos realizados pelas autoras, salientamos o quanto o passado ancestral é um elemento importante nas construções identitárias contemporâneas dos descendentes de imigrantes italianos. Por meio destas reconstruções e narrativas, há um campo em que a italianidade funciona como um demarcador positivo. A etnicidade se converte, assim, em agente também.

Para Bourdieu, o capital social é definido como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (Bourdieu, 1979, p.128), cuja distribuição social é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Nesse sentido, a memória é produto da apropriação de um grupo social que, por meio dela, norteia o estabelecimento de relações políticas, afetivas, identitárias e de pertencimento e funciona como um capital social para os descendentes de imigrantes italianos.

¹ Entrevista com Maria Beatriz Pinheiro Machado, diretora de divisão do arquivo histórico de Caxias do Sul. Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, gravada em 19 de fevereiro de 2002.

Referências Bibliográficas:

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, Rio de Janeiro, 7(2), p.7-33, 2001.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. “*Etnias Federais*”: o processo de identificação de “remanescentes” indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado defendida no PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, 2000
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/ Brasília, Catedra/INL,1982.
- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit: Paris, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- COHEN, Abner. *Custom and politics in urban África*. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.
- DAL LAGO, Osvaldo et al. *O imigrante Giorgio Dal Lago e seus descendentes*. Santa Maria: Livraria Editora Palotti, 1991.
- DA MATTA, Roberto. “As mensagens das festas: reflexões em torno do sistema ritual e da identidade brasileira”, In: *Sexta-feira*, n. 2, ano 2, p.72-81, 1998.
- DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. IN: LANDO, Aldair et al (org). *Migração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.234-255.
- FAUSTO, Bóris. *Negócios e ócios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GILLIS, John R. "Memory and identity: the history of a relationship", in John R. Gillis (ed.), *Commemorations: the politics of national identity*, New Jersey, Princeton University Press,1994.
- GROSSELI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.
- POZZOBON, Andréa. *Uma Odisséia na América*. IN: POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RENAN, Ernest, “O que é uma nação?” In. ROUANET, Maria Helena (org), *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RIGHI, José Vicente et al. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade Entre Os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul – RS*. Rio de Janeiro, 2004, tese de doutoramento, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.31-63.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e Identidade étnica. In: *Revista de Antropologia*. Vol.29, SP: USP. 1986

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: EdunB, 1990.

SMITH, Anthony. *The ethnic origins of nations*. Oxford, Basil Blackwell, 1993.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3 ed. Brasília: Editora UNB, 1994. vol1.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. IN: DALMOLIN, Cátia (org). *Mordaça Verde e Amarela*. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128

ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina e SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *REMHU*, Brasília, Ano XVII, n.33, p.175-196, 2009.

ZANINI, Maria Catarina e SANTOS, Miriam de Oliveira. Colonizações em contraste: italianos no Rio Grande do Sul. IN: TEDESCO, João Carlos et al (org). *Colonos, Colônias & Colonizadores*. Vol II. Erechim: Habilis, 2009. p. 217-229.